



ATA DA REUNIÃO DA MESA DE NEGOCIAÇÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011

Presentes: Maria Celina R. Silva (CGP-G), Patrícia Ferreira Pallota (CGP-G), Cássia Aparecida Gonçalves (CGP-G), Leandro Oliveira (SINDSEP), Maria Araci dos Santos (SINDSAUDE), Antonio Carlos da Cruz (SIMESP), Deodato Rodrigues Alves (Sind. Dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo), Arlindo da Silva Lourenço (SINPSI), Vlamir Lima (SINDSEP), Maria Lucia Silva (Associação dos Auxiliares de Enfermagem e Servidores da Área da Saúde Pública e Autarquias Municipais de São Paulo), Maria de Lourdes Rocha Alves (SINDSEP), Alex Douglas dos Santos (AMCAESP), Fátima Camara (SINDSEP), Natalices Aleixo Santos (SINDSAUDE), Douglas de Almeida Francisco (PS-Perus), Rosemeire Ap. Tavares (PS-Perus), Priscila de Souza Araújo (PS-Perus), Raquel A. M. Lima (PS-Perus), Solange Gonçalves Braga (PS-Perus). Dando início à reunião foi lida a Ata do último encontro pela Sra. Cássia. Vários presentes não receberam a ata por email sendo então estabelecido que enviassem uma confirmação por seu recebimento. A Sra. Patrícia trouxe alguns informes de ordem geral. O Sr. Leandro organizou as apresentações, sendo iniciada pelo Sr. Alex que trouxe o assunto SAMU. Ele perguntou se, em 30 de março seria apresentada a classificação final e quando será a data da posse. A Sra. Cássia explicou que com a classificação final temos em seguida a homologação, depois a autorização para nomeação e após este processo a data para a posse. O Sr. Alex acrescentou que deveríamos aguardar até novembro. A Sra. Cássia informou que os contratos terminados em 14 de Novembro poderão ser prolongados até Maio de 2012 caso o processo de nomeação não esteja concluído. O Sr. Alex perguntou sobre a indenização de férias. A Sra. Cássia respondeu que a informação passada pelo setor responsável é de que não há processo pendente de análise. Assim se ainda há pedido não atendido é necessário que seja dado o nome e RF do interessado para se entender o que está havendo. Explicou que é necessária a solicitação formal do servidor por se tratar de indenização. Relembrou ainda que o vale transporte e alimentação são recebidos antecipadamente e que no momento do pagamento da indenização é feita a compensação. O Sr. Alex perguntou ainda sobre a Operação Delegada, explicando que os motoristas estão sendo remanejados. Ele questionou se não há meios do pessoal do SAMU vir esclarecer o que está ocorrendo. A Sra. Cássia informou que no que se refere ao SAMU, os assuntos de ordem operacional deverão ser previamente agendados para que a informação/esclarecimento seja prestada pelo responsável da área a ser convidado para a reunião. O Sr. Leandro se manifestou no sentido de que esse assunto deve ser remetido a uma reunião específica com a presença da equipe do SAMU. Passando para o tema seguinte, o Sr. Leandro trouxe a questão ISAS-PERUS/CIPA, relatando que estão ocorrendo problemas sérios de pressão sobre funcionários. Ele relatou ainda que uma parte do muro da escola ao lado ruiu com a ação da chuva, comprometendo a estrutura que comporta o oxigênio da unidade. A Autarquia interditou a unidade e a Subprefeitura retirou a interdição. Ele trouxe ainda um documento, relatando alguns episódios ocorridos no local para acompanhamento, e alguns funcionários da CIPA para prestarem depoimento. A Sra. Fátima explicou que a proposta da O.S. era de contratar vários funcionários e que foram efetivados apenas contratos de chefias, disse ainda que o assédio moral é grande e que ela teve que se impor como representante sindical. A Sra. Cássia

perguntou se essa pauta foi levada para a mesa da Autarquia, sendo informada que a questão já foi encaminhada, através de relatório. A palavra foi dada a funcionária presente que relatou todos os problemas ocorridos e apresentou documentação das queixas. O Sr. Lima pediu que se registrasse que o SESMT da Autarquia funciona. A Sra. Araci trouxe problema identificado na UBS Cambuci, explicando ser este uma unidade mista de PSF e trabalhadores municipais e que estão disponibilizando 40 funcionários. Em 03 de março a SPDM foi até a unidade dizendo que não mais trabalharia com eles. O convênio conta com 40 funcionários, todos foram obrigados a assinarem a rescisão e que em 30 de março termina o período de aviso prévio. Eles foram informados de que quem assumiria o serviço seria o Sírio Libanês. Porém recebeu a informação de que o Sírio desistiu. Os funcionários foram informados então que quem assumiria seria a Santa Casa. A Santa Casa tem com uma nova proposta de reduzir o salário dos trabalhadores. Resumindo, a situação está comprometendo o atendimento. A Sra. Araci prometeu enviar um documento por email das propostas salariais enviadas pela Santa Casa. A Sra. Araci trouxe em seguida o tema municipalizados, discorrendo sobre o Premio Incentivo, a Portaria de 2008, com deliberações do conselho, e modelo de solicitação do sindicato pedindo aposentadoria especial. A Sra. Cássia orientou que temos recebidos Mandatos de Injunção com deferimento do pedido para a concessão de aposentadoria especial, mas a sentença determina que seja verificado o atendimento do prescrito na legislação federal, o que implica, por exemplo, na realização do PPP anual, o que não ocorre com o servidor. Servidor não tem previsão de PPP, os empregados públicos têm em razão de sua vinculação ao regime da CLT. A Sra. Araci explicou que eles estão fazendo o recurso do PPP, para que não prejudique o celetista na hora de requerer a aposentadoria. A Sra. Araci trouxe ainda que o treinamento de recursos humanos nas unidades está horrível com relação aos municipalizados. Relatou que as unidades se recusam a encaminhar os documentos, o trabalhador perde dias úteis para requerer documentos pessoalmente, a vida funcional do municipalizado está perdida, não tem atualização, e que as unidades estão pedindo passe de ônibus dos funcionários para que se busquem os holerites na central, demorando de 15 a 20 dias para recebê-los. A Sra. Araci insistiu por um treinamento específico com relação ao tratamento devido à vida funcional dos municipalizados. Outra situação é o Prêmio de Incentivo, especificamente a avaliação do funcionário do Estado, de quem é a responsabilidade para realiza-lo. A Sra. Araci pediu orientação, no caso de servidores municipalizados, que não estão recebendo a devida atenção por parte de suas chefias. Ela tem encaminhado alguns casos e não obteve resposta. Pediu ainda orientação sobre a gratificação municipal (PPD) de médicos e dentistas, que tem mostrado muita dificuldade para orientação. Ela argumentou sobre o ofício encaminhado pela Secretaria ao Estado sobre a opção que deve ser feita pelo servidor com relação ao PPD/PI. A Sra. Cássia respondeu que foi feita a consulta e que não se cogita da opção, porque se trata de cumprimento de ação judicial. A Sra. Araci perguntou se não existe um documento para que se preste orientação. A Sra. Patrícia prometeu mandar a cópia da resposta. O Sr. Leandro explanou que o PPD é conflitante com o Prêmio de Incentivo e não com a Gratificação de Municipalidade. A Sra. Cássia respondeu que são gratificações de mesma natureza (PPD e PI). A Sra. Patrícia prestou esclarecimentos. A Sra. Araci respondeu que só sindicalizados deveriam receber 100% da gratificação e que foi passada uma listagem para o Juiz, porem o Estado utilizou uma listagem diferente. O Sr. Leandro trouxe o balanço repassado pela Sra. Cássia em 2010 e discutiu alguns temas que já se esgotaram. Foram considerados encaminhamentos: 1) Demandar treinamento de RH para os

municipalizados; 2) Providenciar nova consulta a respeito da possibilidade de pagamento do PPD para médicos e dentistas municipalizados; 3) Encaminhar cópia do documento da SES que trata da impossibilidade de opção pelo PPD para a Sra. Araci. A Sra. Cássia reiterou a necessidade de que os sindicatos indiquem representantes fixos para participação nas reuniões e de que os nomes sejam encaminhados antes da próxima reunião para que possamos organizar o acesso ao prédio no dia . Sem mais a tratar foi lavrada a presente Ata.